

# SERVIÇO SOCIAL E HABITAÇÃO: GARANTIA E ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

**Autoras: Miriam Pereira<sup>1</sup>  
Veronica Conceição<sup>2</sup>  
Orientadora: Deysiene Cruz<sup>3</sup>**

## RESUMO

O presente trabalho tem como lócus explicitar o Serviço Social na habitação execução dos projetos de pós-ocupação e como se dá o acompanhamento do Assistente Social frente às diretrizes das ações. Serviço Social na habitação uma experiência de inserção dos projetos de pós-ocupação em Salvador. A pesquisa foi pautada pela abordagem qualitativa, que permite conciliar com outras estratégias de coleta de dados, possibilitando maior compreensão do fenômeno a ser pesquisado, tendo o método descritivo para análise das informações obtidas em campo a partir da observação participante que também foi estabelecendo contato direto entre o pesquisador e de campo, com a utilização da entrevista semiestruturada, com uma Assistente Social. Os resultados abordam a contribuição e atuação do Serviço Social no projeto de pós-ocupação na perspectiva de todos os instrumentos necessários para a sobrevivência do indivíduo e com a sua importância fundamental é ter um olhar e a percepção de viabilizar um desenvolvimento comunitário melhor.

**Palavras chave:** Política Nacional de Habitação. Serviço Social. Trabalho Social.

## ABSTRACT

The present work has as locus explicit the Social Work in the housing execution of the projects of post-occupation and how the Social Worker accompanies the actions directives. Social Service in housing an experience of insertion of post-occupation projects in Salvador. The research was based on the qualitative approach, which allows us to reconcile with other data collection strategies, allowing a better understanding of the phenomenon to be researched, having the descriptive method to analyze the information obtained in the field from the participant observation that was also establishing direct contact between the researcher and the field, using the semi-structured interview, with a Social Worker. The results address the contribution and performance of Social Service in the post-occupation project from the perspective of all the necessary instruments for the survival of the individual and with its fundamental importance is to have a look and the perception of making possible a better community development.

**Keywords:** National Housing Policy. Social Service. Social Work

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela Fundação Visconde de Cairu.

<sup>2</sup> Bacharela em Serviço Social pela Fundação Visconde de Cairu.

<sup>3</sup> Professora e Orientadora do curso de Serviço Social da Faculdade Visconde de Cairu. Assistente Social na área dos Direitos Humanos.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui como obrigatoriedade da composição para o título de Bacharel do curso de Serviço Social da Fundação Visconde de Cairu e tem locus o Serviço Social na habitação e o trabalho social na execução do projeto de pós-ocupação nos residências Assis Valente e Fazenda Grande 15M na cidade de Salvador/BA.

A importância da habitação na perspectiva da política e programa que foram criados para diminuição do déficit habitacional, em especial atendendo a população baixa renda. Para tanto a Política Nacional de Habitação foi criada para superar o déficit habitacional que surgiu ao passar dos anos no Brasil, a historicidade neste âmbito retrata várias medidas com o mesmo objetivo, porém sem efetivação. Com a concretização desta política possibilitou a população baixa renda o acesso a moradia por meio do programa minha casa minha vida.

A escolha do tema se deu pelo fato de acompanhar, em campo, enquanto estagiárias da empresa que foi licita para executar o projeto nos residenciais onde identificamos no decorrer do desenvolvimento das ações evidência que nos propuseram a constituição desta pesquisa. Desta forma o fio condutor da pesquisa se dá ela problemática “Em que medida atuação do Serviço Social no projeto de habitação nos residenciais Assis Valente e Fazenda Grande 15M se alinham as diretrizes da PNH? ”

Aborda-se nesta pesquisa como objetivo geral analisar os projetos nos residências Assis Valente e Fazenda Grande 15M em especial as prerrogativas de participação da comunidade a partir da atuação do Serviço Social. Entre os objetivos específicos está estruturado em subseções como primeira entender o decurso e percurso histórico da constituição da política nacional de habitação no Brasil, analisar o percurso do serviço social e a inserção do trabalho social na habitação, e por fim caracterizar o desenvolvimento das ações do PTS pós-ocupação.

A pesquisa foi realizada nos residências Assis Valente e Fazenda Grande 15M sendo pautada pelo método qualitativo e descritivo, subsidiada pela pesquisa bibliográfica e de campo, com a utilização da observação

participante e de uma entrevista semiestruturada realizada com 1 (uma) participante.

A importância da elaboração deste trabalho é explicar a atuação do Serviço Social, especificamente na área da habitação onde seus limites e possibilidades que o profissional se proponha a intervir frente as suas práticas e demandas. Situa-se ainda como importância da temática por ser muito tímida no contexto científico.

## **2. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTO: CONCEITOS E ENCAMINHAMENTOS**

A problemática habitacional do Brasil está ligada a uma conformação social, que historicamente ocasionava um contexto de desigualdade expresso no fato dos baixos números de casas para atender o quantitativo de pessoas que necessitam dessa moradia.

Conforme Bonduki (1994) vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grandes partes das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade das empresas fixarem seus operários nas imediações em suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo. Era uma forma de manter o poder e controle, sob os trabalhadores, oferecendo moradia próxima às fábricas, descontando do salário uma taxa por essa estadia. Também Bonduki (1994) afirma que a vila operária foram às primeiras iniciativas para conter a questão habitacional.

Bonduki (2014) ainda relata que com o fim da escravidão em 1888 restou aos negros à migração para cidades em busca de empregos. A substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre gerou a necessidade de moradia, o que levou o novo contingente de trabalhador assalariado a se instalarem em espaços vulneráveis como a falta de saneamento básico, saúde, educação, entre outros, o salário desses trabalhadores se faziam insatisfatório e dificultava o acesso à moradia digna. Conforme a leitura e a nossa compreensão os bairros centrais das cidades passam a ser ocupados por classe de pessoas consideradas brancas, então assumem novo valor de

caráter nobre, por outro lado os espaços considerados periféricos foram sendo ocupados de forma irregular e sem planejamento territorial.

A partir do séc. XIX o trabalho escravo foi definitivamente substituído pela mão de obra dos brancos europeus, esse acontecimento faz com que a população negra se afaste ainda mais da visibilidade da sociedade capitalista.

Nesse cenário é visível o crescimento da população descontroladamente então surge à necessidade da criação de medidas para resolver a situação da população sem moradia.

No do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva com um novo arranjo institucional vinculado entre as políticas de desenvolvimento urbano em 2003 cria-se o do Ministério das Cidades, a partir desse passo surge um cenário diferente sobre as intervenções em habitação. Em 2004 é lançada a Política Nacional de Habitação - PNH regulamentada pela Lei N° 11.124/2005, essa política se estrutura no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

No ano de 2009 surge o Minha Casa Minha vida regulamentado pela Lei nº 11.977 é um Programa do Governo Federal que tem por objetivo promover a produção de unidades habitacionais para famílias de várias faixas de renda, dentre as quais, as de renda familiar bruta até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), em operações com recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

Contudo a nova gestão da então presidência tem apresentados influencia negativas nos rendimentos da habitação. O governo diminuiu drasticamente a oferta das faixas de renda menor e tem focado nas faixas de maior renda.

A Política Nacional de Habitação obedece a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda onde os estudos nos residenciais Assis Valente e Fazenda Grande 15M, estão sendo realizado o trabalho social que deverá ser executado junto às famílias beneficiárias sujeitas à intervenção do poder público considerando o profissional de Serviço Social com objetivo de relações que constituem a sociedade e o Estado que constroem múltiplas dimensões.

## **2.1 SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NA HABITAÇÃO**

O Serviço Social é demandado para intervir na classe dominante como meio de exercício de seu poder. De modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da questão social, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social. Essas sequelas, segundo Yamamoto (1982), se manifestam, também, por uma série de comportamentos 'desviantes', que desafiam a ordem. Como objetivo contribuir com o estabelecimento de processos que fomentem a mobilização e sensibilize a população para a participação e para o controle social em ações de ordem pública.

A responsabilidade da ação do Assistente Social se destaca, conforme analisa Fernandes (2005) atendendo o reconhecimento da dinâmica de reconfiguração dos conflitos em que intervém, bem como os antagonismos que perpassam sua ação, democratizando o acesso dos usuários a informações relacionadas às diversas etapas de realização dos projetos e fortalecendo a capacidade de relação da população assistida, por meio de estímulo à efetiva participação popular, onde o profissional deve assessorar a clientela na criação de condições que permitam aos moradores reconhecerem-se no espaço após a conclusão das intervenções físicas.

(...) Visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social. (...) A elaboração e implementação da Política Nacional da Habitação obedecem a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano. (PNH, 2004)

O trabalho social tem um principal segmento que é o fortalecimento da comunidade da participação, no sentido de intervir uma nova realidade. As ações sociais que buscam estimular a participação da população em todo ciclo de implementação das políticas públicas tanto no planejamento, execução e avaliação, o estímulo na organização local e capacitação de

liderança local, investir em processos de informação, dialogo e discussão com diferentes áreas habitacional.

Portanto, as intervenções públicas na área de habitação devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e que objetive a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos, e que estimule a participação cidadã. Os processos e ações implementados pela via do trabalho social dão ancoragem e direção a programas de enfrentamento à desigualdade social e sustentabilidade dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS). (PAZ; TABOADA, 2010, p. 71).

Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5)

Na habitação o trabalho social recebeu contribuição teórica no desenvolvimento de comunidade que foi um espaço para os primeiros questionamentos políticos e compromisso profissional com estratégias de interesse da população. Com tudo o serviço social brasileiro tem bases teóricas de sustentação do trabalho social na habitação.

O trabalho social nos empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda é constituído com objetivo de garantir condições para o exercício da participação comunitária e para a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias, se expressa e se desenvolve através de um conjunto de intervenções técnicas específicas que buscam “fomentar e valorizar as potencialidades” dos grupos sociais atendidos; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, na implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, bem como, promover a gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento. (BRASIL, 2007).

Todo o trabalho social realiza-se na política de habitação que está alicerçado na Portaria 21 (2014), porém destaca-se o PTS - Pós Ocupação, ou seja, no que se referem quando os indivíduos são alocados para os residenciais, compreendendo a execução desse projeto nos empreendimentos. Na próxima subseção dar-se a continuidade a esta

discussão, porém desenvolvendo as ações do PTS, buscando mostrar os avanços e os contínuos desafios no cotidiano profissional.

### **2.1.1 A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO E OS DESAFIOS NOS RESIDENCIAIS**

Aprovado pelo Manual de Instruções nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, o Projeto de Trabalho Social é um documento que apresenta o diagnóstico da área de intervenção, os objetivos e metas são ações a serem realizadas nas fases de obras e pós-obra. Aborda-se nesta pesquisa avanços e desafios que deverá ser executada de acordo com as ações/atividades descritas no Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST.

Evidenciando a Fase 4-pós-obra, inicia-se imediatamente com a conclusão das obras/serviços seguido da mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional ou a conclusão de melhoria habitacional quando for o caso, e terá a duração de 6 (seis) até 12 (doze) meses. (Ministério das Cidades, 2004).

Salienta-se que o projeto técnico social dos residenciais Assis Valente e Fazenda Grande 15m diferenciam pela descrição minuciosa sobre a questão da população que reside nesses espaços e a localização para obter acesso aos serviços sejam públicos ou privados, sendo assim apenas o residencial Assis Valente informa que segundo o Cad. Único os cidadãos que convivem neste espaço territorial dos 377 responsáveis pelas unidades, onde 263 são do sexo feminino 69,80%, prevalecendo da faixa etária dos chefes de família entre 25 e 54 anos de idade 83,8% de cor parda 69,0%, trabalhando por conta própria 45,1% com renda mensal de 71,6% e escolaridade que remete ao curso fundamental. Contudo as dificuldades observadas são em alguns pontos em comum como transporte e o acesso aos serviços referenciando a descrição do projeto físico o Residencial Assis Valente no que refere-se aos equipamentos sociais e serviços públicos localizados no entorno do empreendimento os transportes coletivos que atende a localidade com parada de 1.000 metros. Essa desorganização afeta ativamente o dia a dia das pessoas que residem nesses espaços.

Conforme Santos (1993, p. 58).

A organização do sistema de transporte torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não só porque necessitam pagar caro seus deslocamentos, como porque a oferta de serviços e bens é dispendiosa nas periferias. Os recursos públicos, em geral estão para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.

A falta de serviços públicos também é outro ponto importante bem como ao atendimento à saúde que mesmo com duas unidades de saúde da família os moradores não poderiam ser atendidos por conta da localidade, podendo apenas ser atendido pessoas que façam parte de determinado bairro.

Essa situação contraria a Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde.

Art. 2 O acesso será preferencialmente nos serviços de Atenção Básica integrados por centros de saúde, postos de saúde, unidades de saúde da família e unidades básicas de saúde ou similares mais próximos de sua casa. (º)

O acesso à escola é outro ponto a ser julgado apesar de encontra-se nas proximidades de (7) sete escolas estaduais o acesso depende do transporte público que por sua vez já citado é precário, onde dispõe de apenas (4) quatro linhas e que foram solicitados por meio de uma baixa assinado feito pelos próprios moradores.

Existe próximo ao final de linha do residencial Assis Valente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social que visa atender pessoas em situação de risco pessoal ou social e que vive em situação de violação de direito.

Vale ressaltar que os empreendimentos foram construídos o Assis Valente entre novembro/2009 e dezembro/2011, Fazenda Grande 15M entre julho/2010 e dezembro/2014, contudo as execuções do projeto aconteceram a partir de junho/2017, isso significa que a prolongação para execução desta fase contribuiu para as negativações da participação dos moradores nas ações principalmente aquela descrita para o processo de adaptação dos moradores no novo habitat. No entanto:

O território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (Milton Santos, 2007)

A adaptação dos novos moradores é considerada um processo difícil onde nem todos conseguiram manter-se no novo habitar, podendo acarretar no infringimento das normas que regem a condição da aquisição dos apartamentos, bem como a venda e alugueis.

De acordo com Milton Santos (2007) assegura que o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. A questão geográfica dos residenciais citados também contribui para esta evasão territorial, pois esses dois empreendimentos foram construídos em locais distantes dos acessos aos serviços, como comércio, escolas, hospitais, creches entre outros, fazendo com que seu deslocamento precise do transporte público, se esta população é realmente considerada baixa renda não haverá recursos financeiros para dirigir-se aos serviços gratuitos.

O Projeto de Trabalho Social pós ocupação desenvolveu suas ações de forma organizada por meio do quadro organizativo de eixos. O trabalho está fundamentado no objetivo pela mobilização, organização e fortalecimento social que promove a autonomia e o protagonismo social, fortalecer a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.

Desenvolve-se através de ações que contemplam o planejamento que são as atividades aquisição de equipamentos e materiais de consumo para execução do PTS Pós Ocupação para viabilização das ações; diagnóstico socioproductivo: levantar e sistematizar dados sobre a realidade dos beneficiários; Reprogramação do PTS Ocupação: reprogramar para adaptação a realidade dos moradores. Ações informativas; Reuniões com as famílias para apresentar as ações que serão desenvolvidas. Articulação de Parceiras interinstitucionais contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e econômico. Monitoramento e acompanhamento; Plantão Social realiza atendimento à população; Relatório Mensal e final indicar metas e objetivos alcançados. Gestão e capacitação: associação de moradores e comitê gestor. Mobilização e sensibilização para cultura da cooperação; solucionar problemas comunitários. Assembléia de eleição do comitê gestor do empreendimento; eleger membros para prepará-los para processo de gestão participativa e legalização do condomínio.

Porém a participação das referidas comunidades é importante para toda esta construção e resultado positivo nos projetos, a fim de sanar problemas bem como a adaptação da população nesse mais novo território, contudo existe uma grande lacuna a ser preenchida sendo assim a participação social significa que pode influenciar os indivíduos na organização de uma sociedade.

(...)participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias. (BRASIL, 2014, p. 5).

Mesmo com todo esse planejamento, infelizmente as ações requerem um olhar mais esmiuçado para a efetivação na participação dos moradores objetivando o resultado positivo a fim de deixar o legado do trabalho social na comunidade. No trajeto de estágio nestes campos habitacionais podemos perceber que esta participação depende questões bem como a disponibilidade do morador por causa do trabalho, há também a divisão de classes mesmo sendo todos considerados baixa renda, nas ações/atividade executadas algumas pessoas que visivelmente tem condições financeiras para acesso a outros espaços sociais se separa daqueles que não realmente tem esse acesso, fazendo com que não haja ligação uns com os outros.

Os Assistentes Sociais trabalham com a questão social nas suas mais várias expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (Iamamoto, p.28)

Em experiência no que tange projeto de pós-ocupação as maiores inquietações dos moradores é a falta de acessibilidade de consumo coletivo, os mesmos informam que tem problemas com ausência de serviços como: limpeza nos residenciais, serviços públicos, escola e posto de saúde. Atualmente só tem uma única escola que fica próximo ao residencial. Os outros serviços são inexistentes, necessário o descolamento para Barrios

próximos. Essa situação se agrava no serviço público que segundo os moradores, alegam a demora e precariedade nos serviços.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Será explicitado nesta subseção a entrevista realizada com Assistente Social frente à atuação no projeto de pós ocupação e sua percepção sobre a importância do serviço social nesse espaço. Buscando tornar o usuário emancipado enquanto ator da sua condição social, econômica e política.

Segundo a entrevistada: “Este profissional busca realizar atividades que visem sucesso nos objetivos, sendo assim são observadas demandas e realizadas ações para mudança e desenvolvimento social. E a partir daí viabilizar o desenvolvimento de atividades a partir de eixos e macro ações, que dividem os projetos de pós ocupação.”

Podemos compreender que para executar um PTS torna-se desafiante, uma vez que as atividades na maioria das vezes não refletem o que a comunidade de fato precisa. Com isso torna o trabalho difícil para mobilização e sensibilização da comunidade a participar do que se é proposto. Embora, algumas atividades podem ser reprogramadas e aí o Assistente Social têm autonomia para propor criar ações que respondam aos anseios da comunidade.

Na fala da entrevistada: A realidade social nesses espaços de atuação profissional é complexa, pois os atores desses espaços são indivíduos com suas histórias e valores, que na maioria das vezes se juntam com outras histórias e costumes, tornando a adaptação difícil. Com esse olhar profissional é possível perceber os desdobramentos da questão social, que perpassa na habitação, saúde, educação, lazer, mobilidade urbana e etc.

A importância da inserção do Assistente Social tem como obrigação observar essa realidade de forma crítica e distante do senso comum, para que sem perceber não vá contra o projeto ético político. Como reflexo disto, pode-se observar que a política habitacional traz desenvolvimento, mudanças, inovação, mobilidade, mas também gera exclusão. E esse é um processo complexo. Para o Código de Ética do Assistente Social no Art. 5º

são deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as, contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

De acordo com a entrevistada aponta que nesse espaço existe conflitos internos, externos, políticos, sociais, culturais e econômicos que o profissional precisa mediar enfrentando o principal desafio, as relações sociais. O indivíduo na sua complexidade exige do profissional cuidado para buscar possibilidades para demandas, bem como respeitar os limites individuais. Os desafios impostos pelo código de ética vêm principalmente pela conjuntura ético-político atual que exige do assistente social uma postura de acordo com o que o código de ética mostra de caráter normativo e jurídico, buscando a qualidade dos serviços e emancipação societária.

Entende-se que o maior desafio do Serviço Social em projetos de pós-ocupação é conseguir mostrar a importância da execução das ações para emancipação e desenvolvimento comunitário. O que também dificulta essa relação com os beneficiários é na maioria das vezes quando a equipe chega para executar o projeto, eles pensam que serão realizadas melhorias físicas.

Através desta entrevista, compreendemos a importância deste profissional no campo da habitação, ramo projetos cujas competências e atribuições está a de viabilizar meios necessários e adequados para que os usuários tenham acesso.

A entrevistada transmite uma mensagem aos colegas de profissão e aos estudantes frente à atuação e a importância nestes projetos sociais: “Que tenhamos criticidade diária para entender a nossa conjuntura política para que não reforcemos o comportamento que o sistema capitalista deseja, resultando na falta de acesso aos direitos sociais garantidos por Lei. Somos essenciais em qualquer espaço socioeconômico. Vamos rever reavaliar nossa atuação constantemente, sempre em conjunto com nosso código de ética, visando uma sociedade mais justa e igualitária.”

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No caminho percorrido para a conclusão da pesquisa, percebemos a escassez de material didático acadêmico que discorra sobre habitação em

especial na execução do projeto de pós-ocupação que é desenvolvido dentro dos residenciais advindos do programa minha casa, minha vida.

Considerando que houve o avanço da Política Nacional de Habitação e os avanços no programa minha casa minha vida prevendo as fases de execução do trabalho social objetivando atender a comunidade no que tange a adaptação ao novo local de moradia e entre outras finalidades que visa fortalecer vínculos pessoais, ainda assim não atender o real problema da comunidade sendo essas pessoas longe de acesso a serviços públicos e outros espaços que atendam as suas necessidades como hospitais, escolas, ponto de ônibus e entre outros. Neste trabalho constata-se que a localização onde foi construído os empreendimentos contribui para a exclusão dos indivíduos que residem neste ambiente diante da sociedade, então faz-se necessário analisar prudentemente a localidade para que não haja brechas para que essas pessoas não se desenvolvam na esfera social podendo ter acesso aos seus direitos como educação, saúde, lazer e demais serviços.

A importância deste trabalho está para além de conhecimento, mas que analisem a estrutura deste para que os próximos sejam desenvolvidos não como uma criticidade podendo elevar a importância da contemplação dos indivíduos em ter acesso a moradia digna e que disponha de serviços próximos a seu território.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para o conhecimento e a reflexão enquanto profissional de serviço social neste projeto porque é este tem como objeto de trabalho a questão social. Acentuando ainda mais a atuação frente às garantias de direitos

## REFERÊNCIA

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Disponível em <[https://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](https://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf)> Acesso em: 21/04/2018.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Disponível

em:<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>> Acesso em: 26/08/2016  
BRASIL. Ministério das Cidades. **PORTARIA Nº 21 DE 22 DE JANEIRO DE 2014.** Disponível em  
<[http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trabalho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf). > Acesso em: 12/08/2016

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais 1993.** 10<sup>o</sup>ed. Brasília.

COSTA, D. Brasil; AZEVEDO, U. **Das senzalas às favelas:** por onde vive a população negra brasileira. Disponível em  
<[http://www.fvj.br/revista/wpcontent/uploads/2016/07/Socializando\\_2016\\_12.pdf](http://www.fvj.br/revista/wpcontent/uploads/2016/07/Socializando_2016_12.pdf)> Acesso 30/04/2018.

FOSCARINI, Marissane Damasceno. Centro Universitário Feevale. O serviço social na área empresarial no segmento industrial Gaúcho. Novo Hamburgo, 2009. Disponível em:  
[ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaMarissane Foscarini.pdf](http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaMarissaneFoscarini.pdf)>. Acesso em: 20/10/2018

GIL, Antônio. Métodos e técnicas da pesquisa social. Disponível em  
<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 02/12/2018

GRAZIELA Rossatto Rubin; SANDRA Ana Bolfe. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil.** Disponível em  
<<http://oaji.net/articles/2017/1602-1487076445.pdf>>. Acessado 21/04/2018.

IAMAMOTO,M.V.; CARVALHO R. de. **Relações sociais e Serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2008.  
IAMAMOTO,Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR. O que? Para que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 1<sup>o</sup> ed. (2003)

MARCONI,M. de A. LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 5<sup>o</sup> ed. São Paulo: Atlas,2011.

Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html)> Acesso em 17/08/2018>

MOTTA, Luana Dias. **A questão habitacional no Brasil:** Políticas Publicas, conflitos urbanos e o direito a cidade. Disponível em

<file:///F:/PROJETO/A\_questao\_da\_habitacao\_no\_Brasil%20MOTTA.pdf>  
Acesso em 29/10/2018.

PAZ, Rosangela Dias O. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do Trabalho Social na Habitação**. Curso a Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social. Brasília: Ministério das Cidades, setembro, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** 3ªed. São Paulo: Lamparina, 2007

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Bahia é o segundo estado que mais reduziu o déficit habitacional entre 2007 e 2015** Disponível em

<[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2508:bahia-e-o-segundo-estado-que-mais-reduziu-deficit-habitacional-entre-2007-e-2015&catid=9&Itemid=555](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:bahia-e-o-segundo-estado-que-mais-reduziu-deficit-habitacional-entre-2007-e-2015&catid=9&Itemid=555)> Acesso em: 13/08/2018

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.